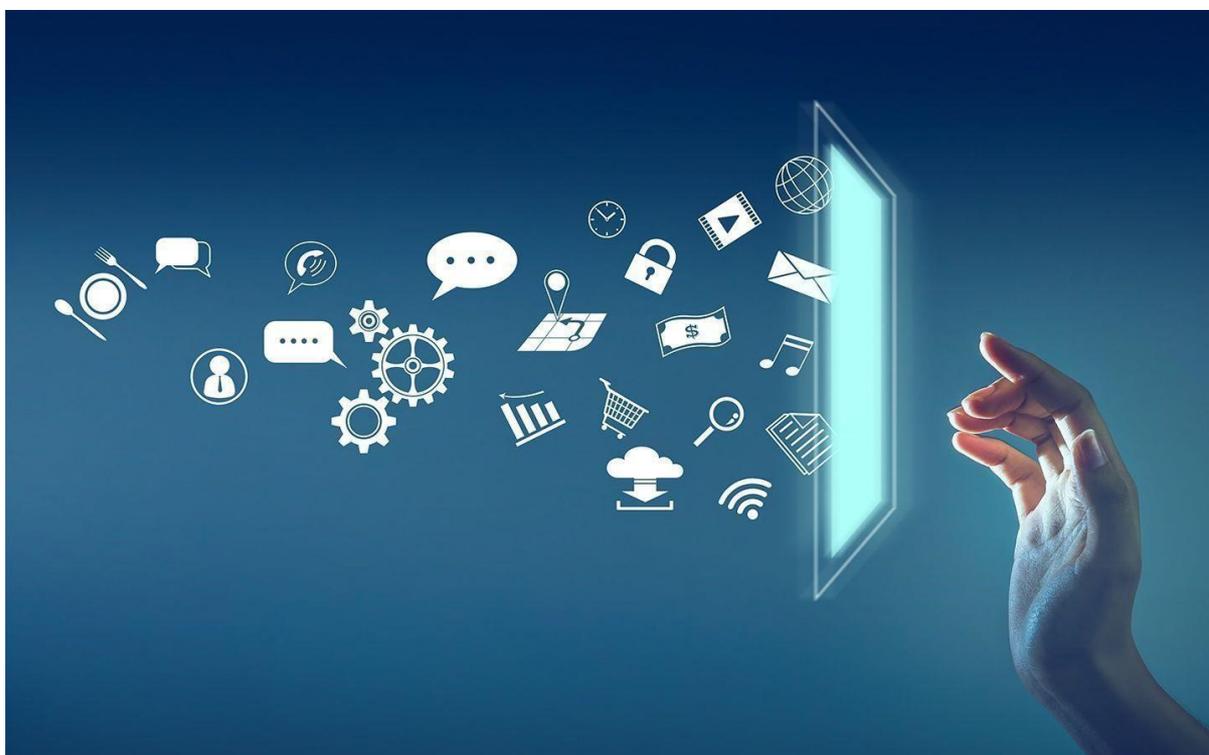


# PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



**Brasília, DF**  
**Março/2023**

© **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**REALIZAÇÃO**

**Assessoria de Gestão Estratégica – AGE**

Elaine Nóbrega Borges

**STI - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação**

Humberto Fontoura Pradera

**DISPONÍVEL EM**

[bdjur.stj.jus.br](http://bdjur.stj.jus.br)

**CONTATO**

[planejamento@stj.jus.br](mailto:planejamento@stj.jus.br)

[gestaoestrategica@stj.jus.br](mailto:gestaoestrategica@stj.jus.br)

Telefone: (61) 3319-8831

Endereço: SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III

CEP: 70095-900 - Brasília - DF

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823p

Brasil. Superior Tribunal de Justiça.

Plano de transformação digital [recurso eletrônico] / Superior Tribunal de Justiça, Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília : Superior Tribunal de Justiça — STJ, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 9 páginas).

Disponível em: [bdjur.stj.jus.br](http://bdjur.stj.jus.br)

1. Tribunal superior, administração, inovação tecnológica, Brasil. 2. Gestão estratégica, Brasil. 3. Tecnologia digital. 4. Setor público, inovação tecnológico, Brasil. I. Título.

CDU 347.992:004(81)

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaella Carine Monterei CRB

## COMPOSIÇÃO DO STJ

**Maria Thereza Rocha de Assis Moura** (Presidente)

Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes** (Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Federal)

**Francisco** Cândido de Melo **Falcão** Neto

Fátima **Nancy Andrichi**

**Laurita** Hilário **Vaz**

**João Otávio de Noronha**

**Humberto** Eustáquio Soares **Martins**

Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin**

**Luis Felipe Salomão** (Corregedor Nacional da Justiça Federal)

**Mauro** Luiz **Campbell Marques** (Diretor-Geral da Enfam)

**Benedito Gonçalves**

**Raul Araújo** Filho (Diretor da Revista)

**Paulo de Tarso** Vieira **Sanseverino**

Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues

**Antonio Carlos Ferreira**

Ricardo **Villas Bôas Cueva**

**Sebastião** Alves dos **Reis Júnior**

**Marco** Aurélio Gastaldi **Buzzi**

**Marco Aurélio Bellizze** Oliveira

**Assusete** Dumont Reis **Magalhães**

**Sérgio** Luíz **Kukina**

Paulo Dias de **Moura Ribeiro** (Ministro Ouvidor)

**Regina Helena Costa** (Ministra Ouvidora Substituta)

**Rogério Schietti** Machado **Cruz**

Luiz Alberto **Gurgel de Faria**

**Reynaldo Soares da Fonseca**

Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**

**Antonio Saldanha Palheiro**

**Joel Ilan Paciornik**

**Messod Azulay Neto**

**Paulo Sérgio Domingues**

**Diretor-Geral:** Sergio José Americo Pedreira

**Secretário-Geral da Presidência:** Carl Olav Smith

**Secretário-Executivo da Presidência:** Alexandre Domingos de Affonso Fabre

## Plano de Transformação Digital do STJ

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2021, a Administração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou as diretrizes apresentadas na Resolução CNJ n. 370/2021 – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – ENTICJUD 2021-2026 – a fim de estabelecer uma estratégia interna para elaboração do seu **Plano de Transformação Digital – PTD** (art. 15 da Resolução).

O STJ, como Corte de jurisdição nacional, sempre teve a preocupação de utilizar os canais digitais de comunicação para atender os usuários de seus serviços a um custo mais baixo, uma vez que tem usuários em todo o Brasil. Com a pandemia que se instalou a partir de 2020, o uso desses canais foi intensificado.

Exemplos de ações já implantadas:

- **Área judicial:**

- 2001 – Atos judiciais integrados ao sistema Push
- 2006 – Dje
- 2007 – Peticionamento eletrônico
- 2008 – Processo eletrônico
- 2010 – Integração eletrônica com tribunais
- 2018 – CPE; automação de procedimentos cartorários
- 2019 – Agrupamento de processos com uso de IA
- 2020 – SO Virtual
- 2021 – Balcão Virtual

Obs.: Além de robôs para tratamento de petições e de fluxos internos de processo; e busca textual em petições e processos.

- **Área administrativa:**

- E-Pro – licitações
- Benner – Pró-Ser
- SARH – consulta contracheque

Como instância superior para decidir divergência de entendimento dos tribunais em termos de lei federal, muitas vezes o STJ depende de informações trazidas pelas cortes de origem dos processos e não diretamente do jurisdicionado. Assim, iniciativas como o Juízo 100% Digital e os Núcleos de Justiça 4.0 encontram dificuldades de operacionalização nesse nível, embora os canais de comunicação na área processual sejam integralmente digitais.

A necessidade de se formalizar um Plano de Transformação Digital levou a Administração do STJ a realizar estudos e contatos com outros órgãos para estabelecer a melhor estratégia de atendimento dessa demanda. Foram consultados, dentre diversas fontes, o Governo Digital do Poder Executivo, o modelo de PTD sugerido pelo CNJ e os acórdãos do TCU sobre o tema.

Optou-se pela criação de iniciativa estratégica específica, conduzida por duas secretarias e acompanhada pela Diretoria-Geral (processo sei 012473/2021). O projeto foi formalizado em julho de 2021 (Portaria STJ/GDG n. 478 de 13 de julho de 2021), com a gestão conjunta da Secretaria de Gestão Estratégica – SGE (à época assim denominada) e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI. O projeto tinha término previsto para 18/8/2021 e previa a entrega do PTD a partir de consulta às diversas unidades do STJ.

## INSUMOS

Foram utilizadas várias fontes de estudo para a elaboração do PTD do STJ. Entre elas, as principais foram:

- 1- A experiência do Governo Digital disponível no site : <https://www.gov.br/10passos/trilha-10-passos/>.
- 2- O modelo de Plano de Transformação Digital oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em março de 2021.
- 3- As orientações contidas nos acórdãos do TCU sobre a matéria, notadamente o acórdão AC 3.145/2020, Rel. Ministro Aroldo Cedraz.

## METODOLOGIA

### 1 Divulgação

Para conscientizar os gestores do tribunal e desmistificar o tema, foi realizada em setembro/2021 uma palestra virtual, com participação dos gestores, apresentando a evolução do conceito de transformação digital e o roteiro de trabalho inicial.

### 2 Levantamento interno de informações

Em breve reunião com algumas áreas do Tribunal, foi constatado que, mesmo em unidades com serviços totalmente digitais, ainda existiam alguns serviços parcialmente analógicos, exigindo a presença física do usuário ou o envio de documento por SEDEX.

Assim, foi elaborado um roteiro de trabalho prevendo que cada unidade do STJ preenchesse um formulário com a situação atual de seus serviços externos e internos. Foram realizadas reuniões com as unidades para maior sensibilização e orientação sobre o preenchimento do modelo fornecido.

O formulário foi elaborado (documento SEI/STJ n. 2794887) seguindo o modelo de questionário a ser respondido pelas unidades internas, aproveitando as questões sugeridas no Modelo de PTD proposto pelo CNJ, e com abordagem simples, focada no resultado desejado.

Foram consolidadas 43 respostas recebidas das unidades do STJ (documentos SEI/STJ ns. 2794849 e 2794858) Dentre as unidades consultadas foi apontada a necessidade de melhoria em alguns procedimentos administrativos, quais sejam:

- envio de documentos e ofícios;

- formulários de autorização de imagem;
- planilha de vistoria e de recolhimento de veículos;
- termos de compromisso em algumas áreas;
- guias de atendimento e documentações clínicas de pacientes;
- de cadastro de bens, uso de livros de protocolo para atestar recebimento de documentos.

### 3 Consulta Pública

Também foi elaborada uma [consulta pública](#) com a finalidade de verificar a demanda do usuário externo por novos serviços e também a possibilidade de melhoria dos serviços existentes.

A pesquisa ficou disponível de 1º/4 a 15/5 e contou com 124 respostas. Dentre os resultados, cabe destaque:

- 85% dos respondentes acham que os serviços utilizados atendem à expectativa do usuário;
- 47% informaram que nenhum serviço demandado exige a presença física.

### 4 Consolidação

A hipótese inicial que conduziu o desenho da metodologia era de que um mesmo serviço poderia constar em uma única fonte de transformação ou várias ondas, a depender de sua complexidade e disponibilidade de equipe.

Entretanto, verificou-se que vários procedimentos que hoje são realizados em papel poderiam ser otimizados com o uso do malote digital, no que tange a documentos que tramitam institucionalmente, ou mesmo no sistema SEI, com a criação de formulários eletrônicos e liberação para assinatura externa. Desta forma, a transformação digital demanda iniciativas de divulgação e incentivo para o uso das ferramentas que já estão disponíveis.

Por outro lado, os resultados apresentados na consulta pública apontaram para a melhoria de alguns serviços que já estavam em processo de otimização no Tribunal, inclusive compondo iniciativas integrantes do Portfólio Estratégico do STJ.

Diante do exposto, optou-se por uma revisão da forma de transformação digital nesta Corte, substituindo a implementação por ondas, pela segmentação do portfólio estratégico, em relação às iniciativas já em andamento, as quais foram incluídas no escopo do PTD do STJ, conforme apresentado no anexo deste documento.

## CRONOGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO STJ

Quadro 1 – Cronograma

Entrega	Responsável	Início	Término	%	Observações
1. Definição da estratégia para atendimento à resolução CNJ n. 370 (Art.15 – PTD).	Administração do STJ	01/03/2021	30/06/2021	100%	Conforme detalhado neste documento.
2. Criação do Projeto Estratégico Plano de Transformação Digital.	Administração do STJ	13/07/2021	13/07/2021	100%	<a href="#">Portaria STJ/GDG n. 478 de 13 de julho de 2021.</a>
3. Elaboração de roteiro de trabalho.	Gestores do projeto	16/08/2021	02/09/2021	100%	<a href="#">Apresentação disponível no Portal da <u>Transparência do STJ.</u></a>
4. Sensibilização dos Gestores e apresentação do roteiro de trabalho - Palestra: "O que é a Transformação digital".	Gestores do projeto e CEFOR	03/09/2021	03/09/2021	100%	Processo SEI/STJ n. 021749/2021. Apresentação disponível na <a href="#">BDJur.</a>
5. Elaboração e envio de formulário para levantamento da situação das unidades internas, com instruções de preenchimento.	Gestores do projeto e titulares de unidades envolvidas.	16/08/2021	22/09/2021	100%	Disponível no <a href="#">Portal da Transparência do STJ.</a>
6. Realização de consulta pública para identificar melhorias e novos serviços.	Gestores do projeto	01/04/2022	15/05/2022	100%	Realizada entre os meses de abril e maio de 2022. Disponível no <a href="#">Portal do STJ.</a>
7. Reuniões com as unidades para orientação sobre o preenchimento do formulário.	STI, SGE e titulares de unidades	27/09/2021	27/11/2021	100%	Cerca de 25 reuniões realizadas.
8. Recebimento e análise dos formulários preenchidos.	Gestores do projeto	29/11/2021	31/03/2022	100%	As ações sugeridas foram consolidadas em 3 grupos: Gabinetes, Administrativo e Processual, visando a eficiência administrativa e de trâmite processual. (Processo STJ n. 021749/2021)
9. Consolidação das respostas internas e externas (consulta pública)	STI, SGE	15/05/2022	30/06/2022	100%	A OAB-DF, especificamente, solicitou melhorias no e-Julg (serviço componente do programa Justiça Web), para que utilizasse o padrão do STF.
10. Análise das iniciativas de transformação digital constantes do Portfólio de Estratégico do STJ.	STI, SGE	01/09/2022	15/09/2022	100%	Identificadas no <a href="#">Painel BI</a> potenciais demandas de transformação digital para compor o PTD.

Entrega	Responsável	Início	Término	%	Observações
11. Elaboração do PTD.	STI, SGE	16/09/2022	30/09/2022	100%	O PTD segue anexo a este documento.
12. Monitoramento do PTD.	Gestores do projeto e titulares de unidades	04/10/2022	31/12/2026	-	O monitoramento será realizado conforme a <a href="#">MGSTJ</a> . Cada uma das iniciativas constantes do PTD possui seu próprio plano de riscos.

Fonte: Elaboração própria

## REFERÊNCIA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 370 de 28 de janeiro de 2021**. Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). Brasília: CNJ, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3706>. Acesso em: 2 fev. 2022.

Apêndice

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO STJ

Serviço/ Iniciativa Estratégica	Objetivo/Escoopo	Classificação (§1º, art. 15, Res 370/CNJ)	Prazo	Responsável
Programa Justiça Web <i>Processo STJ/SEI n. 013394/2020</i>	Modernização do SIAJ (Sistema Integrado das Atividades Judiciais) do STJ, com agrupamento de módulos e foco na automação dos processos de trabalho da área judicial, permitindo a integração entre os serviços e provendo novas interfaces de acesso compatíveis com os mais novos padrões tecnológicos de desenvolvimento de software para auxiliar a celeridade no julgamento de processos judiciais. Compõe-se dos seguintes projetos: Sistemas de Gabinete, Judiciária Web, Análise e Elaboração de Decisão, Julgamento eletrônico, Automação na Secretaria de Processamento de Feitos e ejuris.	II – integração de canais digitais III – interoperabilidade de sistemas	dez/24	STI
Aprimoramento do Sistema de Informações de Custos (SIC – STJ) <i>Processo STJ/SEI n. 031683/2020</i>	Implementação e aplicação da metodologia de custos visando possibilitar melhor gestão e redução dos custos institucionais e dar insumos para decisões da Alta Administração.	I – transformação digital de serviços; II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas;	dez/23	AGE
Modernização e Evolução do Sistema Administra <i>Processo STJ/SEI n. 028591/2020</i>	Transformação do atual Sistema Administra para a linguagem web com incremento de novas funcionalidades, de forma a ter em um só ambiente as informações operacionais e gerenciais da gestão orçamentária, de contratações, de contratos, de materiais e patrimônio, imóveis funcionais, diárias e passagens.	II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas;	dez/24	SAD
Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (ISGP) <i>Processo STJ/SEI n. 029429/2020</i>	Implantar nova solução informatizada que permita um gerenciamento de dados funcionais dos servidores e de magistrados de forma segura, com vistas à prestação de um serviço eficiente e de qualidade.	II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas;	mai/24	STI/SGP

Fonte: Elaboração própria